



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 1200/2018

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeada por Decreto de 02 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, e entrou em vigor no dia 21 de fevereiro de 2017; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Instalação à:

Empresa: VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

CNPJ: 42.150.664/0001-87 **Cstro Técnico Federal:** 758680

Endereço: SAUS, Qd. 1, Bloco G, Lote 3 a 5. Asa Sul.

CEP: 70.070-010 **Cidade:** Brasília **UF:** DF

TELEFONE: (061) 2029-6440 **FAX:** (61) 2029-6101

REGISTRO NO IBAMA: Processo nº 02001.002052/2008-00

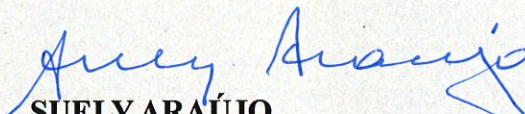
Relativa ao projeto de implantação da Extensão Sul da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), EF-334, contemplando as obras de infraestrutura e de superestrutura ferroviárias no segmento entre o final da 1ª Ponte sobre o Rio das Fêmeas (km 507+125), em São Desidério/BA, e a APP da primeira travessia com o Rio Almada (km 1521+690), excluído o Pátio Terminal Ferroviário em Ilhéus/BA e demais variantes.

Esta Licença de Instalação é válida até 06/01/2021, a partir desta data, observadas as condições discriminadas no verso deste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são parte integrante deste licenciamento.

A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento.

Brasília, DF,

01 OUT 2018


SUELY ARAÚJO
Presidente do IBAMA

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 1200/2018

1. Condições Gerais:

- 1.1. Esta Licença deverá ser publicada em conformidade com a Resolução Nº 006/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.
- 1.2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença;
 - Graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.3. Qualquer alteração das especificações do Projeto Executivo deverá ser precedida de anuência do IBAMA;
- 1.4. No caso de ocorrência de qualquer acidente que venha a causar dano ambiental, a continuação da atividade estará condicionada à anuência expressa do IBAMA.
- 1.5. O empreendedor deverá portar cópia desta Licença Ambiental e do projeto executivo aprovado pelo IBAMA junto ao local de implantação do empreendimento.
- 1.6. A renovação desta licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do seu prazo de validade.

2. Condições Específicas:

2.1 Não estão autorizadas quaisquer obras ou intervenções entre os km 956+000 e o 966+500, no entorno do reservatório de Ceraíma, até aprovação das soluções de engenharia e medidas operacionais pela Coordenação Geral de Emergências Ambientais (CGEMA/DIPRO/IBAMA).

2.2 Executar os programas ambientais abaixo que compõem Plano Básico Ambiental, acolhendo as sugestões de modificação, considerações e determinações do IBAMA, conforme Processo Administrativo nº 02001.00002052/2008-00:

2.2.1 Programa de Controle Ambiental de Obras

2.2.2 Programa de Supervisão Ambiental.

2.2.3 Programa de Redução de Impactos na Instalação e Operação de Canteiros.

2.1.3.1. Subprograma de Controle da Instalação e Operação de Canteiros.


2.2.4 Programa de Recuperação dos Passivos Ambientais

2.2.4 Programa de Respostas a Emergências.

2.2.5 Programa de Proteção a Fauna

2.2.5.1 Subprograma de Monitoramento de Passagens de Fauna.

2.2.5.2 Subprograma de Afugentamento e Salvamento de Fauna.



CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 1200/2018 (CONTINUAÇÃO)

2.2.5.3 Subprograma de Monitoramento de Fauna

2.2.6 Programa de Proteção a Flora

2.2.6.1 Subprograma de Recuperação de Áreas Degradadas

2.2.6.2 Subprograma de Plantios Paisagísticos

2.2.6.3 Subprograma de Prevenção Contra Queimadas

2.2.7 Programa de Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental:

2.2.7.1 Subprograma de Monitoramento e Controle da Qualidade da Água

2.2.7.2 Subprograma de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos

2.2.7.3 Subprograma de Controle e Monitoramento de Emissões Atmosféricas

2.2.7.4 Subprograma de Controle e Monitoramento de Resíduos e Efluentes

2.2.7.5 Subprograma de Controle e Monitoramento de Ruídos e Vibrações Ambientais

2.2.7.6 Subprograma de Proteção de Mananciais Contra Cargas Perigosas

2.2.8 Programa de Proteção ao Patrimônio Espeleológico

2.2.9 Programa de Proteção ao Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico.

2.2.10 Programa de Educação Ambiental

2.2.11 Programa de Comunicação Social

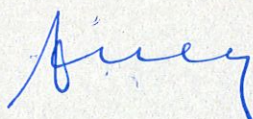
2.2.12 Programa de Contratação, Treinamento, Segurança e Saúde da Mão de Obra.

2.2.13 Programa de Desapropriação e Indenização

2.2.14 Programa de Melhoria dos Acessos e Travessias Urbanas

2.3 Apresentar semestralmente, para posterior avaliação deste Instituto, os relatórios de execução do Plano Básico Ambiental

2.4 Comunicar ao IBAMA/SEDE e à Superintendência do IBAMA no Estado da Bahia, imediatamente, o início e o final das obras.



CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 1200/2018 (CONTINUAÇÃO)

2.5 Não estão autorizadas quaisquer obras ou intervenções entre os km 1415+740 a 1418+740 (na denominada Variante CHESF I), entre os km 1421+100 a 1423+100 (na denominada Variante CHESF II), entre os km 1362+000 a 1363+500 (na denominada Variante Baviera) e também no acesso ao Pátio de Ilhéus até aprovação de projeto de engenharia pela COTRA/DILIC/IBAMA.

2.6 Fica proibida a instalação de estruturas de apoio em áreas de dolinas, afloramento calcário e de subsidências.

2.7 Comprovar implantação da unidade de proteção espeleológica antes da solicitação de emissão de Licença de Operação para o empreendimento.

2.8 Não estão autorizadas quaisquer obras ou intervenções no entorno imediato de dolinas e cavidades naturais entre os km 949+200 a 956+000, km 786+900 a 793+150, km 713 a km 715+500, km 707+540, km 660+250 a 662+500, km 650+100 a 650+650 dos lotes 5F e 6F, devendo o empreendedor:

- atualizar a presença de afloramento cársticos, dolinamentos e áreas de subsidência; bem como apresentar, em até 90 (noventa) dias todos os métodos construtivos que evitariam a subsidência por colapso da superfície (com respectivos resultados das sondagens demonstrativas da inexistência de vazios subterrâneos) e o projeto de drenagem considerando suas interações com o sistema cárstico;

- revisar Plano Básico Ambiental Espeleológico, considerando as informações e levantamentos que subsidiarão atendimento ao item supracitado desta condicionante 2.8;

- identificar, demarcar e isolar as dolinas localizadas na ADA da ferrovia, adotando medidas específicas (tais como a execução de barreiras físicas e bacias de acumulação de água – de modo a evitar a chegada de sedimentos e a ocorrência de processos erosivos);

- comunicar ao IBAMA, com paralisação imediata das obras no local, caso seja encontrada alguma cavidade natural num raio de 250 metros da ADA do empreendimento.

2.9 Apresentar outorga ou dispensa para o direito de uso dos recursos hídricos junto aos órgãos ambientais competentes.

2.10 Fica proibida a instalação de canteiros de obras, áreas de vivência, jazidas e/ou a deposição e armazenamento e extração de material excedente ou contaminante, ainda que provisoriamente, em Áreas de Preservação Permanente – APPs, áreas úmidas ou áreas ecologicamente sensíveis (aplicando-se aos casos: Ponte sobre o rio das Fêmeas II km 549+120; Ponte sobre o rio Galheirão km 554+882; Ponte sobre o rio Grande km 555+395; Ponte sobre o rio Cacheado km 563+334; Ponte sobre o riacho do Fogo km 611+455; Ponte sobre o riacho sem Denominação I km 621+350; Ponte sobre o rio dos Angicos km 630+812; Ponte sobre o riacho sem Denominação II km 648+387; Ponte sobre o rio Correntina km 684+117; Ponte sobre o rio Arrojado km 698+166; Ponte sobre o rio Formoso km 710+743; Ponte sobre o riacho Desvio da Pedra km 721+998; Ponte sobre o riacho Cacimbas km 741+554; Ponte sobre o riacho sem Denominação IV km 750+787; Ponte sobre o rio das Rãs km 869+108; Ponte sobre o rio Grande km 954+640; Ponte sobre o rio Preguiça km 1372+660; Ponte sobre o rio Gongoji II km 1426+146; Ponte sobre o rio Gongoji I km 1426+418).



**CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 1200/2018
(CONTINUAÇÃO)**

2.11 As áreas de apoio e demais intervenções não previstas em projeto, localizadas fora da faixa de domínio (canteiros de obra, intervenções em estradas vicinais, jazidas e áreas de deposição de material excedente – ADME) devem ser objeto de licenciamento ambiental específico junto aos órgãos estaduais ou municipais de meio ambiente, com encaminhamento de cópia das licenças expedidas ao IBAMA.

2.12 Adotar procedimentos construtivos especiais para evitar formação de processos erosivos, bem como, carreamento de sedimentos e assoreamento dos rios, especialmente em regiões alagadiças e na travessia dos rios.

2.13 Comunicar com antecedência ao IBAMA a paralisação das frentes de obras; indicando as medidas e ações e controle que se manterão no decorrer do tempo em que a obra estiver paralisada, bem como comunicar ao IBAMA com antecedência o reinício dos trabalhos.

2.14 Dar prosseguimento à supressão vegetal apenas quando houver previsão dos serviços de colocação de aterro, sublastro, lastro e sistemas de drenagem, garantindo a distância mínima de 10km entre a frente de supressão e a execução do sistema de drenagem definitivo.

2.15 Cumprir as obrigações relativas à Compensação Ambiental, previstas no art. 36 da Lei 9985/2000, a partir da liberação do Comitê de Compensação Ambiental. O Grau de Impacto do empreendimento é de 0,5 % e o valor da Compensação Ambiental foi estipulado em R\$ 21.742.053,99.

2.16 Instalar Passagens de Fauna nas seguintes localidades: Acesso ao Pátio de Ilhéus (nos km 1490+560, km 0+300, km 1496+400, km 1493+000, km 1493+500, km 1429+950/passagem aérea, km 1492+360/passagem aérea); Lote 1F (nos km 1415+950, km 1436+810, km 1449+530, km 1463+440, km 1475+500, km 1476+445, km 1477+310, km 1473+700, km 1479+398, km 1484+160); Lote 2F (nos km 1376+450/passagem aérea, km 1369+860/ passagem aérea, km 1361+610, km 1355+840, km 1346+750, km 1334+400, km 1257+640); Lote 3F (no km 1188+940); Lote 4F (no km 998+420); Lotes 5A e 5F (nos km 827+740; km 836+020; km 862+500; km 965+510; km 943+670; km 854+370; km 871+630); Lote 6F (nos km 669+090, km 705+912, km 741+600/passagem seca sob OAE do Rio Cacimbas, km 757+820, km 775+380, km 800+540) e Lote 7F (nos km 516+020, km 554+570, km 555+340, km 560+320, km 570+400, km 610+500, km 623+850, km 628+420, km 639+920) – novos dispositivos poderão ser recomendados.

2.17 Esta Licença de Instalação não permite a interferência em áreas de particulares e/ou de terceiros sem a devida autorização ou instrumento legal que o habilite, e as obras só poderão iniciar nos locais onde o processo de desapropriação e/ou qualquer outro tipo de negociação estiverem satisfatoriamente concluídos.

2.18 Atender as recomendações da Fundação Cultural Palmares no que diz respeito às comunidades quilombolas localizadas na região de Bom Jesus da Lapa/BA.

2.19 Atender todas recomendações das autorizações acessórias a esta Licença: Autorização de Supressão de Vegetação nº 289/2010; Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO) nº 55/2012, Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO) nº 282/2013.

